



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone 375
 São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **4002088-40.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

CONCLUSÃO

Aos 27/06/2014 16:33:13 faço estes autos conclusos ao MM. 1º
 Juiz Auxiliar. Eu, (a) esc., subscrevi.

DISPOSITIVO

CELSO SERGIO BERTOLO ME propôs ação de obrigação de fazer contra ANA MARIA ALEXANDRE, sustentando que alienou à ré veículo e esta não providenciou a transferência para o seu nome, o que está acarretando, em prejuízo do autor, o lançamento de impostos e penalidades em seu desfavor, injustamente. Sob tais fundamentos, pede: a condenação da ré a transferir o veículo para seu nome e pagar os débitos do veículo; a exclusão do nome do autor do Cadin; comunicação ao Ciretran e à FESP para cessarem a responsabilidade do autor sobre os débitos do veículo a partir da data da venda; a condenação da ré ao pagamento de R\$ 1.922,40, referentes ao IPVA/10 que o autor pagou para ser levantado o protesto contra si apontado pela fazenda estadual.

A(s) parte(s) ré(s) foi(ram) citada(s) e não contestou(aram).

A Fazenda Estadual ingressou nos autos (fls. 47/50) sustentando que não pode ser coagida a retirar o nome do autor do Cadin ou a cancelar os débitos lançados em nome do autor, pois não faz parte do processo.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, II, do CPC, diante da revelia operada.

Tendo em vista a revelia, reputam-se verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora, em conformidade com o disposto no art. 319 do CPC.

Quanto aos pedidos de exclusão do nome do autor do Cadin e cancelamento dos créditos fazendários lançados em seu nome, não deverão ser conhecidos.

A inscrição no Cadin e os créditos fazendários integram os bens da fazenda pública, que não pode ser deles privada sem o devido processo legal (art. 5º, LIV, CF), garantia que compreende, aliás, o contraditório e a ampla defesa (art. 5º, LV, CF), que não lhes foram oportunizados neste processo.

O autor, equivocadamente, não incluiu a fazenda estadual nem o Detran no pólo passivo, impedindo que estes sejam atingidos pela eficácia da sentença (art. 472, CPC).

Os pedidos passíveis de serem conhecidos, pois dirigidos a quem efetivamente pode atendê-los, são apenas os de condenação da ré-adquirente:

- na obrigação de fazer consistente em transferir o veículo para seu nome;
- na obrigação de fazer consistente em pagar a terceiro as dívidas relativas ao veículo;
- na obrigação de reembolsar o IPVA/2010 que o autor pagou.

Tais pedidos são acolhidos, seja em razão dos efeitos da revelia, seja porque a venda do veículo, do autor à ré, em 23/12/2009, está comprovada por nota fiscal (fls. 21), o que atrai a responsabilidade da ré de providenciar a transferência do veículo para seu nome, assim como de responder, perante o autor e perante os entes estaduais, pelas dívidas do automóvel cujos fatos geradores sejam posteriores àquela data.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone 375
 São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

DISPOSITIVO

Ante o exposto, conheço em parte da ação e, quanto à parte conhecida, julgo-a procedente para: (1) CONDENAR a ré a providenciar a transferência do veículo para seu nome; (2) CONDENAR a ré a efetuar o pagamento dos débitos fiscais, tributários ou não, relativos ao veículo, aos respectivos credores, em relação a todos os fatos geradores ocorridos a partir de 23/12/2009, no prazo de 60 dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00; (3) CONDENAR a ré a reembolsar ao autor a quantia de R\$ 1.922,40, com atualização monetária pela tabela do TJSP a partir do desembolso (27/11/13, fls. 30) e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação; (4) CONDENAR a(s) parte(s) ré(s) nas custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 724,00.

A liminar de fls. 33, que concerne a pedido não conhecido, fica revogada.

A intimação pessoal da(s) parte(s) ré(s) a respeito desta sentença é desnecessária, pois, nos termos do art. 322 do CPC: "contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório".

Transitada em julgado: a) quanto à obrigação indicada no Item "1", em atenção ao informado pela fazenda estadual às fls. 50, oficie-se à Ciretran para a imediata alteração de propriedade do veículo, com a indicação de todos os dados de qualificação da ré, providência que determino com fulcro no art. 461, caput do CPC, pois assegura resultado prático equivalente ao adimplemento; b) quanto à obrigação indicada no Item "2", expeça-se carta registrada, instruída com cópia da sentença, para que a ré cumpra a obrigação no prazo mencionado, sob pena de incidência da multa diária estipulada, tratando-se a intimação pessoal de requisito para que as *astreintes* possam ser cobradas, Súm. 410, STJ; c) quanto às obrigações de pagar quantia indicadas nos Itens "3" e "4", aguarde-se por 06 meses na forma do art. 475-J, § 5º, do CPC.

P.R.I.

São Carlos, 03 de julho de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Aos 03/07/2014 recebi os presentes autos em cartório. Eu,
 (a) esc., subscrevi.